ATA DA ASSEMBLEIA Genas RAL ORDINÁRIA DA 5ª REUNIÃO DO IPREMAR.

Aos vinte cinco dias do mês de outubro de dois mil e treze, nas dependências do IPREMAR cito a Rua Bom Jesus, 225, Centro, nesta cidade, às nove trinta horas, reuniram-se os integrantes dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREMAR para deliberar sobre os assuntos a seguir: 1) Portarias nº. 438/2013 e 440/13, as quais apresentam alterações importantes e deverão ser implementadas junto aos Regimes Próprios, como é o nosso caso concreto; 2) Prestações de Contas dos meses de agosto e setembro de 2013; 3) Desempenho financeiro junto aos fundos de investimentos; 4) Estamos no 2º semestre, prestações de contas de Janeiro a setembro do corrente ano; 5) Dificuldades em atingir a meta atuarial em 2013, diante das turbulências no mercado financeiro brasileiro; 6) Mudança no prazo para credenciamento das Instituições Financeiras – Bancos; 7) Certificação dos gestores a partir de 01/01/2015, obrigatoriamente a todos os gestores, terão que apresentar ao MPS o certificado do CPA- 10; 8) Obrigatoriamente também aos membros do Comitê de Investimentos deverão disponibilizar a certificação com o CPA-10; Dando início aos trabalhos a Sra. Áurea L. S Mira, Diretora Executiva do Ipremar, após ressaltar a importância dos conselheiros e agradecer a compreensão de todos pela grandeza em abrir mão de alguns projetos pessoais em favor do Ipremar, reiterou prontamente a satisfação com a presença dos Conselheiros do Instituto, passou a relatar as providências tomadas para a realização e capacitação dos Conselheiros Membro do Comitê de Investimentos, diante da exigência da Portaria nº. 440/2013. Dando prosseguimento aos assuntos relevantes. Relata a portaria 438/2013, quanto as alterações no quesito Parcelamentos realizados pelo Ente Federativo – Araquari, junto ao IPREMAR no caso de dívidas. Preconiza o art. 2º, da referida portaria nº. 438/2013.

Art. 2º. “Os termos de acordo de parcelamentos que tenham por fundamento o art. 1º, deverão ser formalizados até o dia 31 de outubro de 2013, e observarão as demais exigências estabelecidas no art. 5º -A, da Portaria 402/2008, do MPS/GM”.

Foram disponibilizados todos os dados sobre as prestações de contas dos meses de agosto e setembro de 2013, discutidas também sobre todos os atos referentes ao desempenho financeiro junto aos investimentos do Instituto, até a presente data. Considerando estarmos vivenciando o 2º semestre de 2013, foi disponibilizadas as prestações de contas dos meses de janeiro a setembro do ano corrente, enviadas também a todos os órgãos e secretarias municipais para ser apresentada e cedidas aos servidores municipais, com valores destinados a cada fundo de investimento, e as consequências em não atingirmos a meta atuarial ao partirmos para o encerramento do exercício de 2013, o mercado apresenta turbulências nos investimentos, seus reflexos e as diversas razões que determinaram tamanha volatilidade, em função disso tivemos perdas dos recursos investidos no mercado financeiro. Foi demonstrado que as ações de proteção surgem no Ministério, exemplo real é a própria portaria nº. 440/2013, que exige a capacitação plena dos gestores e do Comitê de Investimentos. Outra norma regulamentadora do MPS é o envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN: O Prefeito e os representantes da Unidade Gestora devem assinar esse documento. Aplicação dos recursos dos RPPS, as modificações vieram no sentido de promover mais controle e segurança na gestão do patrimônio do Instituto. Nova exigência do MPS é o prazo de validade do Credenciamento dos Bancos, que será de seis meses, mediante Edital do Ipremar, conforme Resolução 3922/2010, para reanálise dos quesitos de credenciamento das instituições financeiras e obtenção da regularidade fiscal e previdenciárias dessas instituições. Na criação do Comitê de Investimentos, os membros deverão ser servidores efetivos para disponibilizar informações sobre os recursos administrados. A partir de 01/01/2015, todos os gestores deverão ter a certificação do CPA – 10, para ser apresentada posteriormente junto ao MPS, de todos os entes federativos instituidores de RPPS que detenham quaisquer valores sob gestão, preferencialmente, que os membros do Comitê também sejam certificados, em no mínimo cinquenta por cento dos Membros deste comitê, conforme preconiza o art 3º da portaria nº. 440/13. Nessa reunião o Sr. Eliezer da Silva, Consultor Financeiro, vai explicar sobre os percentuais atingidos até o mês de

setembro de 2013, já alertando que o Ipremar como a maioria dos RPPS no Brasil, não atingiram a meta atuarial. Para finalizar, independentemente das tentativas de controle dos órgãos fiscalizadores do serviço público, com ou sem crise, na economia, com maior ou menor volatilidade do mercado financeiro, os recursos que formam o patrimônio do Ipremar e que visam saldar compromissos previdenciários futuros, devem ser aplicados e reaplicados dentro dos critérios e condições de proteção e prudência financeira, pois em matéria de aplicação de recursos, não existe espaço para ousadias ou inovações, conforme prudente afirmação do Escritor - Murilo Arruda que diz: “Nunca é demais lembrar que o gestor do órgão previdenciário tem de ser antes de tudo um prudente”, na acepção literal da palavra. E muito menos para desvios de caráter ou leniência com os atos mandatários de corrupção. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata que lida e achada de acordo, segue assinada pelos Conselheiros presentes. Membros Titulares – Rudimar Luiz da Costa, Mari Terezinha Gomes, Claudiney Sprotte Pires, Mara Susana Duarte das Neves, Dilma Alexandre, Rubens Correa Soares Filho, Áurea Lúcia Silveira Mira, Dolores Maria Maçaneiro, Antônio Bernardino Filho.